

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

REQUERIMENTO Nº , de 2011.

(Do Sr. Gladson Cameli)

Propõe a participação da Comissão no Seminário “Desequilíbrios regionais no Brasil: suas raízes e estratégias para superá-los”.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho requerer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja definida a participação da Comissão Da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional no Seminário “Desequilíbrios regionais no Brasil: suas raízes e estratégias para superá-los”, destinado a promover o debate em torno dos resultados alcançados pelas políticas públicas voltadas para a redução dos acentuados desequilíbrios entre as macrorregiões e os subespaços estaduais, em termos de distribuição da renda nacional, a ser organizado pelo Conselho Federal de Economia (COFECON), Conselho Regional de Economia do Distrito Federal e Ministério da Integração Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil constituiu-se, desde a segunda metade do século XX, numa das principais economias do sistema capitalista mundial. Devido às suas grandes dimensões territorial e populacional, à complexidade de sua sociedade e às condições históricas e peculiares do desenvolvimento do sistema capitalista no país, aqui se instalou, ao longo das últimas décadas, uma das maiores desigualdades de renda, em termos espaciais do planeta.

A questão regional começou a ser efetivamente discutida na década de 1950, concomitante à intensificação do processo de industrialização e urbanização do país. Datam dessa década e da seguinte as criações da SUDENE, SUDAM, SUDESUL e SUDECO, assim como das instituições regionais de fomento: os bancos do Nordeste, da Amazônia e o Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Também foram criadas companhias regionais de desenvolvimento, a exemplo da CODEVASF, assim como programas regionais, como o POLOCENTRO e o POLONOROESTE.

Durante muito tempo, entretanto, fez-se no Brasil apenas a leitura macrorregional da desigualdade espacial, sendo as disparidades intramacrorregionais absolutamente desconsideradas pela administração pública e de certa forma, pela academia. Mais recentemente, as políticas de desenvolvimento regional do Governo FHC, expressas nos programas “Brasil

em Ação” e “Avança Brasil”, limitaram-se a uma proposta de articulação de alguns eixos dinâmicos do território nacional aos centros de comando da economia mundial. No vácuo da ausência de políticas/ações de desenvolvimento regional, prosperou o que ficou conhecido como “Guerra Fiscal”, em que os estados e municípios disputavam os investimentos privados, oferecendo uma ampla gama de subsídios e isenções fiscais (efetivamente, renúncia fiscal), e que causaram um enorme prejuízo às suas finanças.

Ocorre que a atual dinâmica de alocação espacial das atividades produtivas está cada vez mais associada aos interesses das grandes corporações, com forte tendência de acentuarem a concentração espacial da renda e da riqueza. Espaços econômicos são constituídos e desconstituídos em ritmo cada vez mais acelerados, demandando ações cada vez mais efetivas por parte do Estado para atenuarem seus efeitos nocivos.

Atento a essa situação, o Governo Lula já em 2003 atribuiu à Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Nacional a tarefa de elaborar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que minimamente enfrentasse esse desafio. A partir de então, tem avançado uma discussão mais abrangente da questão regional, abordando não apenas os espaços macrorregionais mas, de forma especial, os espaços subestaduais.

Em decorrência, contudo, da ausência de força política da Secretaria e da flagrante fragilidade metodológica da PNDR, há uma percepção generalizada de que pouco se avançou na redução da desigualdade espacial da renda no país.

O propósito do Seminário “DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS NO BRASIL: SUAS RAÍZES E ESTRATÉGIAS PARA SUPERÁ-LOS” é o de avançar na discussão sobre as causas estruturais dos desequilíbrios entre nossas regiões e dos desafios colocados para superá-las, assim como em relação às estratégias mais adequadas, razão pela qual se entende ser imprescindível a participação da Comissão da Amazônia.

Sala da Comissão, em 22 de março de 2011.

Deputado Gladson Cameli

(PP/AC)